

FLASH: O direito ao acordo

A situação de saúde pública que se vive pelo mundo alterou, de forma profunda, a vida das pessoas e das instituições.

No mundo jurídico e, concretamente, nos tribunais, na presente data, os prazos judiciais nos processos que não sejam urgentes encontram-se suspensos, ou seja, o recurso a tribunal encontra-se muito condicionado, nomeadamente, no que aos processos de família respeita.

Tal como nos outros âmbitos da sociedade, a justiça está em modo de emergência, continuando os tribunais a funcionar nos processos considerados urgentes.

Esta situação, sem par, é preocupante se pensarmos nas crescentes disputas judiciais que perfilaram no âmbito do Direito da Família e do Direito das Sucessões (e em outros ramos de Direito) as quais, se não se enquadrarem no conceito de processos urgentes, ficam a aguardar pela reposição do funcionamento, em pleno, dos tribunais.

Esta realidade convoca-nos, necessariamente, para uma mudança de paradigma: onde antes se litigava, hoje, mais do que nunca, importa procurar o consenso e os advogados, conhecedores da realidade judiciária que vivemos e da necessidade de salvaguarda dos interesses dos seus constituintes, devem adaptar-se a esta nova dinâmica e a este novo modelo de justiça e encarar a mudança como um desafio positivo, exigindo-se-lhes criatividade na busca de metodologias consensuais.

O direito ao acordo surge, assim, como um direito essencial, seja porque a resolução de um diferendo por acordo, com a participação de todos (partes envolvidas e advogados), numa colaboração ativa para se alcançar um consenso, é a solução mais equilibrada e estável no cumprimento do acordo alcançado, seja porque o acordo se reveste de uma importância fundamental neste novo tempo forçadamente desjudicializado, porque permite que as pessoas não fiquem com as suas vidas suspensas por um diferendo jurídico que, de outro modo, se arrastará num tempo cronologicamente incerto.

Este direito ao acordo é, também, um dever que os advogados deverão cumprir em prol do melhor exercício do seu patrocínio.

Para além da via judicial, existem outras vias que os advogados devem colocar em prática.



Em muitos países, já existe uma prática instituída de resolução, por consenso, dos diferendos, através do Direito Colaborativo, implicando uma equipa de trabalho composta pelas partes, pelos advogados, pelos mediadores, pelos financeiros e outros técnicos, que trabalham ativamente na prossecução de um acordo global, alcançado por composição concertada das posições das partes, sem posições adversariais e litigantes.

Infelizmente, Portugal ainda não iniciou este caminho e a situação atual demonstra bem a importância das práticas colaborativas, no quadro de desjudicialização forçada que vivemos.

No entanto, sabendo que vivemos um tempo de crise e, ainda sem podermos concretizar os seus reais impactos, há um dever e uma urgência de resolver, da melhor forma possível, os problemas que os clientes nos trazem.

Que ferramentas temos à nossa disposição para consensualizar e, assim, garantir que, mesmo com os tribunais em estado de emergência, os advogados continuam a poder ajudar os seus clientes?

a) A colaboração ativa entre mediadores e advogados

Advogados e mediadores podem (e devem) trabalhar em equipa.

Esta equipa é natural no sentido de que, mediadores e advogados, têm papéis diferentes e diferenciados e são complementares.

Hoje, mais do que nunca, faz sentido que, o que antes, era diretamente concretizado num impulso processual e na abertura de uma instância processual, repouse no acordo, com prévia intervenção da mediação, que aproximará as partes permitindo, assim, que os advogados de cada uma das partes, tenham o caminho do diferendo aplanado para resolverem juridicamente os problemas que existem, porque já se conseguiu consensualizar os interesses de cada uma das partes.

b) A perícia

Em vários processos judiciais, recorre-se à perícia para se desbloquearem situações técnicas cuja compreensão, em toda a sua extensão, impõe a intervenção de técnicos habilitados, que aportem os esclarecimentos necessários.



A perícia não vigora apenas no quadro judicial. Pode e deve ser utilizada pelos advogados que procuram efetivamente a resolução consensual de um diferendo, com vista a que, no segmento técnico em causa, se obtenha uma opinião técnica avalizada que, objetivamente, resolva o que está em discussão, nada obstando a que as partes acordem que o resultado dessa perícia seja vinculativo no quadro do processo consensual.

c) A descodificação dos medos

Os assuntos de Direito da Família e de Direito das Sucessões envolvem pessoas e as suas vidas pessoais, pelo que, não raro, existe mais emoção do que racionalidade.

E, a emoção não tem que se traduzir apenas em raiva e ressentimento. O medo também é um bloqueador da progressão na solução.

Trabalhar em equipa significa ter consciência de que, num determinado momento, poderá ser necessário, chamar um técnico habilitado para ajudar.

Em situações onde o que existe, antes de tudo, é o medo, importa descodificar, por detrás das posições assumidas, onde é que esse medo existe e a que se refere.

Porque não pedir a ajuda de um psicólogo que ajude as partes e os advogados?

A intervenção de um psicólogo na identificação das emoções negativas que bloqueiam o caminho para a resolução pode ser essencial e, uma vez identificado o que, de facto, está por trás de uma inflexibilidade negocial, permite que os advogados possam continuar a construir juridicamente o caminho da solução consensual.

d) Em conclusão

Na situação presente que vivemos, os advogados são chamados a desempenhar um papel fundamental: o de saberem adaptar-se a novos modelos de resolução de problemas para, dessa forma, ajudarem os seus clientes.

Os advogados também estão na frente da batalha, ajudando e tendo a obrigação de serem flexíveis e criativos, chamando a colaborar consigo os técnicos que, em cada situação e, em cada momento, podem ajudar.



Cumpra-se pois identificar novas estratégias de trabalho e detalhar os perfis dos clientes para adequar os modelos alternativos à judicialização dos assuntos às pessoas potenciando, dessa forma, os resultados, pois os clientes esperam que os advogados os ajudem e os encaminhem da melhor forma para que, nesta situação de crise, não fiquem com as suas vidas suspensas.

A paragem forçada dos tribunais não significa a paragem da advocacia e, a sua manutenção, garante que os clientes continuam a ter quem os ajude a resolver os problemas que enfrentam.

Podemos e devemos fazer acordos, que sejam rigorosos e que equilibrem as posições das partes e, todos juntos, advogados, clientes, técnicos, temos um papel a desempenhar, por forma a que a sociedade civil não estagne com guerras pendentes, que podem gerar conflitos muito agudizados, que apenas conduzem ao desgaste das relações entre as pessoas.

A pandemia relacional é tudo o que tem que ser evitado, a bem de todos e, até, dos tribunais quando reabrirem, para que não sejam abalroados com uma enchente de processos e possam ter capacidade de resposta.

O consenso é, também, uma forma de ajudar o sistema judicial.

Somos advogados, trabalhamos para os clientes e servimos a justiça no caso concreto e, assim, continuará a ser.

Rogério Alves & Associados

João Perry da Câmara

Teresa Silva Tavares

Sofia Vaz Parda

30 de março de 2020]